

Metamorfozes da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII)

Júnia Ferreira Furtado[1]

Resumo

Para compreender o movimento de abertura do interior do Brasil, este artigo analisa dois relatos manuscritos e um mapa do rio Tocantins que desnudam o progressivo domínio que os luso-brasileiros alcançavam sobre a natureza local, permitindo efetivar a colonização desse espaço e objetivando-se analisar a atuação dos colonos nesse espaço. Busca-se apreender as formas transitórias e permanentes de colonização que iam se estabelecendo ao longo dessa rota fluvial, como fazendas, núcleos urbanos, casas fortes, para proteção contra o ataque de gentios; bem como a construção imaginária que os colonizadores iam compondo do Brasil e de seus espaços do interior, especialmente os que apresentavam riquezas minerais.

Palavras-chave: Tocantins; mineração; descobertos; D'Anville.

Metamorphoses of colonization: the Tocantins River and the expansion to the West in maps and reports (18th century)

Abstract

To understand the colonization of the interior of Brazil, this article analyzes two manuscripts reports and a map of the Tocantins river that display the progressive domain as the Luso-Brazilian colonizers reached that space. The aim is to analyze the transitional and permanent forms of colonization that were settled along this river route, as farms, urban centers, vaults for protection against attack by the Gentiles; and the imaginary construction that the settlers were composing of Brazil and its spaces of the interior, especially those with mineral wealth.

Keywords: Tocantins; mining; colonization; D'Anville.

Métamorphoses de la colonisation: la rivière Tocantins et l'expansion vers l'ouest, sur les cartes et rapports (XVIII e siècle)

Résumé

Pour comprendre le mouvement d'ouverture de l'intérieur du Brésil, cet article examine deux rapports manuscrits et une carte de la rivière Tocantins que mette à nu le domaine progressive que le luso-brésilienne atteint sur le caractère local, ce qui permet effectuer la colonisation de cet espace et analyse la performance de les colons dans cet espace. Le but est de saisir les formes transitoires et permanents de la colonisation qui ont été réglés le long de cette voie fluviale, comme les fermes, les centres urbains, des voûtes, pour se protéger contre l'attaque des Indiens; et la construction imaginaire qui les colons ont été compose du Brésil et de ses espaces de l'intérieur, en particulier ceux qui ont des richesses minérales.

Mots-clés: Tocantins; exploitation minière; colonisation; D'Anville.

Las metamorfosis de la colonización: el río Tocantins y la expansión hacia el oeste en los mapas e informes (siglo XVIII)

Resumen

Para entender el movimiento de colonización del interior de Brasil, este artículo analiza dos informes manuscritos y un mapa del río Tocantins que revelan el dominio progresivo que el colonizador luso-brasileño alcanzó de la naturaleza local, lo que permitió llevar a cabo la colonización de ese espacio. El objetivo es aprovechar las formas de transición y permanentes de la colonización que se asentaron a lo largo de esta ruta río, como granjas, centros urbanos, bóvedas para la protección contra el ataque de los gentiles; y la construcción imaginaria que los colonos componían de Brasil y sus espacios del interior, especialmente aquellos con riqueza mineral.

Palabras clave: Tocantins; minería; colonización; D'Anville.

Introdução

A história da ocupação territorial e da exploração do território da América portuguesa se confunde com a própria necessidade de conhecer e delimitar seu espaço, o que se expressa em diversos documentos de natureza cartográfica que descrevem e representam a geografia do interior, que ia aos poucos se desvelando a esses viajantes. São mapas, esboços, plantas, borrões, desenhos, mas também roteiros, derrotas² e relações de viagens, pois representações cartográficas podem ser produzidas e circular em suportes outros que não os planisférios gráficos, como a literatura de viagem (Dym, 2007, p. 81-109). No caso do movimento de abertura do interior do Brasil, para além de mapas propriamente ditos, foram produzidos e circularam, entre os desbravadores, relatos orais ou escritos, que formavam roteiros de viagem, verdadeiros mapas mentais, que permitiam que sucessivas gerações de sertanistas encontrassem seu caminho interior adentro (Paiva, 2013).

Este artigo estuda “uma longa carta manuscrita do curso do rio Tocantins, cuja riqueza em minas de ouro desse país fez descobrir a parte superior” (D’Anville, 1750, p. 659). Este mapa, encontrado em Belém por Charles Marie de La Condamine (Safier, 2008), foi levado para Paris, onde serviu ao cartógrafo Jean Baptiste Bourguignon D’Anville (Furtado, 2012 e 2013a) para que pudesse representar o rio Tocantins em seu mapa *Amérique méridionale*, de 1748.³ Intitulada *Carte manuscrite de la navigation de la rivière des Tocantins* (c. 1735-1742),⁴ abarca praticamente todo o curso do rio e seus tributários, do arraial da Meia Ponte,⁵ em Goiás, bem próximo de sua nascente, até a vila de Cametá, já na foz no rio Amazonas. Esse longo mapa, que mede 3 m e 33 cm de comprimento por 65 cm de largura, será analisado à luz do manuscrito *Roteiro da derrota do rio Tocantins até Belém do Pará*,⁶ que descreve uma expedição que desceu o rio Tocantins, da nascente até Cametá,⁷ totalizando quase três meses de árdua jornada, entre 2 de novembro de 1734 e 23 de janeiro do ano seguinte, quando atingiu Belém do Pará. Também pretende-se cotejar o mapa do Tocantins com o *Roteiro de viagem de José da Costa Diogo e João (sic) Barbosa, sobre a derrota do rio São Francisco pelo rio Urucuya até as Minas de Goyases em 1734*.⁸ Este último manuscrito permite identificar José da Costa Diogo como o líder das duas expedições.

² Derrota: o caminho percorrido por uma embarcação na viagem por rio ou mar.

³ Bibliothèque Nationale de France (BNF). Département des Cartes et Plans (DCP). *Amérique méridionale*. GE C 6149, D’Anville. Trata-se da versão impressa, em três folhas, em 1748, 125 × 87 cm.

⁴ BNF, DCP. *Carte manuscrite de la navigation de la rivière des Tocantins*. GE DD 2.987 (9.554). Manuscrita em tinta e aquarela, colorida, entre 1735 e 1742, 65 × 333 cm.

⁵ O arraial da Meia Ponte é atualmente Pirinópolis.

⁶ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Manuscritos Avulsos de Goiás (MAG). *Roteiro da derrota do rio Tocantins até Belém do Pará*. Caixa 1, doc. 12, f. 1-11.

⁷ Em dois trabalhos anteriores já me debrucei parcialmente sobre esse documento e o mapa (Furtado, 2012, p. 428-434, e 2013a, p. 222-229), mas em uma perspectiva diferente da que é realizada neste artigo. Agradeço ao CNPq, à Fapemig e à Faperj o apoio financeiro concedido ao projeto de pesquisa “Dos emboabas ilustrados à república de mazombos: identidade e alteridade na América portuguesa (1700-1822)”, que originou este artigo.

⁸ AHU. MAG. *Roteiro de viagem de José da Costa Diogo e João (sic) Barbosa, sobre a derrota do rio São Francisco pelo rio Urucuya até as Minas de Goyases em 1734*. Caixa 1, doc. 8, f. 1-4.

Com o cotejamento do mapa e dos dois relatos, objetiva-se desnudar o progressivo domínio que os luso-brasileiros alcançavam sobre a natureza local, servindo-se dela para efetivar a colonização desse espaço, mas que, também por vezes, revelava-se um empecilho a ela. Como exemplo, os rios eram vias de penetração, mas suas corredeiras eram perigos constantes, e as riquezas minerais configuravam-se como sustentáculos econômicos da colonização, mas ao mesmo tempo despertavam a cobiça das nações estrangeiras, ameaçando o domínio luso sobre o interior da América. Também se busca apreender as formas transitórias e permanentes de colonização que iam se estabelecendo ao longo dessa rota fluvial, como fazendas, núcleos urbanos, casas-fortes, para proteção contra o ataque de gentios. Esses signos gráficos não representam apenas uma imagem exata, espelhada, do Novo Mundo, mas, ao contrário, imprime a ele novos significados, pois são reflexos das experiências vividas — algumas delas concretas e outras tantas sonhadas. Por fim, a carta e o relato da derrota trazem à tona a construção imaginária que os colonizadores iam compondo do Brasil e de seus espaços do interior, especialmente os que apresentavam riquezas minerais, como foi o caso das minas dos Tocantins, o que revela como os homens reinterpretavam e reconstruíam simbolicamente o espaço que lhes cercava. Por fim, pretende-se analisar as metamorfoses por que passaram esses agentes, dedicando-se às atividades mercantis, à mineração e como cronistas de viagem, de modo a efetivar a colonização.

A exploração do rio Tocantins

A descoberta do Tocantins e sua penetração se iniciaram em fins do século XVI e se intensificaram no seguinte, a partir da foz e da nascente. Os franceses, instalados no Maranhão, foram os primeiros a encontrar a foz junto ao Amazonas, onde, sob o comando de Charles Des Vaux, levantaram uma feitoria, e a batizar o Tocantins, referência à tribo indígena das redondezas. Entre 1594 e 1615, realizaram várias expedições rio acima para sua exploração, fundando a vila de Cameté e atingindo, em 1613, a foz do Araguaia (Flores, 2009, p. 45).

O movimento dos luso-brasileiros se deu neste e no sentido inverso. Do Maranhão, o primeiro a ter penetrado seu leito foi o frei Cristóvão de Lisboa, em 1625, seguindo-lhe outros jesuítas, que estabeleceram algumas missões (Rodrigues, 1978, p. 62-63; Flores, 2009, p. 46-47). A partir da descoberta, por volta de 1590, durante a expedição de Domingos Grou, da nascente, localizada no planalto central, no Centro-Oeste do Brasil, seguidas expedições de sertanistas, vindos de São Paulo, São Vicente e pelo rio São Francisco, exploraram o Tocantins rio abaixo e, por volta de 1670, já haviam atingido a foz do Araguaia. Os bandeirantes paulistas logo começaram a apresar índios das tribos localizadas junto a suas margens, a despeito da oposição dos missionários. Em 1671, na esteira da expedição de Sebastião Paes de Barros, já tinham assentado casas “nas cabeceiras do Tocantins”, onde encontraram minerais e abriram “estradas

para a vila de São Paulo” para o transporte dos indígenas (Silva, 1996-1997, p. 28-31; Flores, 2009, p. 35, 42-44).

No início do século XVIII, a pecuária atingiu o alto Tocantins a partir do rio São Francisco. “Quando, em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera, descobridor do ouro goiano, adentrou a região já encontrou sinais de gado” (Silva, 1996-1997, p. 35). Em 1730, desbravadores oriundos das capitanias do Sul levantaram um arraial fortificado, chamado de Palma, para lutar contra os índios acroá-açus, que pretendiam reduzir ao cativo, permanecendo ali por dois anos. Dessa localidade, no sítio do Salgado, desceram o Tocantins e, a partir de 1734, assentaram fazendas de gado no trecho após a barra do Paraná. Esse movimento se intensificou a partir de 1735, quando os expedicionários encontraram uma região mineradora, que batizaram de São Félix, e, a partir da barra do Tocantins, desceram o rio Amazonas, atingindo Belém do Pará (Silva, 1996-1997, p. 35). Esse avanço sobre o rio e suas margens, e os vestígios humanos que deixavam, encontram-se registrados no *Roteiro* e na *Carte manuscrite de la navigation de la rivière des Tocantins*.

Entre 2 de novembro de 1734 e 23 de janeiro do ano seguinte foi realizada a derrota no rio Tocantins que é objeto deste artigo (Flores, 2009, p. 50). Esta se insere no movimento de exploração aurífera do rio, que se intensificava por essa época. Assim, quando os expedicionários atingiram Belém, deram notícias do caminho percorrido e pediram licença ao governador “para tornar a voltar para os descobertos” de ouro que haviam feito. Mas ele recusou por não ter licença régia para “expedir tropa pelo rio dos Tocantins acima” e os reteve na cidade até a chegada da frota seguinte. Como nesta também não havia ordens para novas entradas, José da Costa Diogo, o líder da expedição, resolveu seguir para o reino no “primeiro navio que daquele Estado partiu” para “dar testemunho daquele descoberto”⁹

De Lisboa, as notícias que no “estado do Maranhão se descobriram proximamente duas minas” se espalharam para outras cortes europeias, mas o pouco que se sabia era vago e confuso. Marco Antônio de Azevedo Coutinho, então servindo como diplomata na Inglaterra, foi quem primeiro ouviu falar em Londres dessa aventura. Escreveu a Lisboa pedindo mais informações, pois temia que, “por essa porta”, as Minas Gerais pudessem ser ameaçadas por invasões estrangeiras. O secretário de Estado, Antônio Guedes Pereira, respondeu, a 22 de fevereiro 1738, que “a notícia que V.E^{xa}. diz ter ouvido nesta Corte”, como lhe chegara, era “inteiramente falsa”. Ele exagerara na negativa, pois, em seguida, esclareceu que se tratava das “minas [já conhecidas] que de novo se descobriram nos Tocantins e Goiasés”. A carta advertia que Azevedo Coutinho não deveria ter nada a temer, pois esses novos achados “são em grande distância daquele estado” de Minas Gerais, e “houve nelas três homens que entrando-se por aquele sertão e, servindo-se em algumas partes dos rios de que abunda, vieram a sair no Grão-Pará”. Esses viajantes “encontraram tantos embaraços que a mesma experiência os desenganou de não ser possível facilitar-se uma entrada

⁹ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 10v-11.

da dita cidade para as referidas minas”¹⁰ As palavras do secretário contrastam claramente com o *Roteiro da derrota do rio Tocantins até Belém do Pará*, que José da Costa Diogo escreveu e presenteou ao rei, no qual procurou demonstrar não só a viabilidade da viagem, como novos depósitos de ouro podiam ser encontrados em quase toda a extensão do leito do rio e seus tributários, o qual revela que os colonizadores construíam uma visão mítica do Tocantins como um rio coberto de riquezas à espera de serem reveladas e, por essa razão, partiram “para o descoberto desejado das populosas minas de ouro”.¹¹

Ao contrário das negativas que Lisboa procurava disseminar, as minas do Tocantins começaram a ficar afamadas e, entre 1732 e 1749, pelo menos 15 pontos de exploração já estavam em atividade (Palacins, 1979, p. 25-27; Flores, 2009, p. 51). José da Costa Diogo e seus companheiros se deparam com catas auríferas já exploradas, fazendas e núcleos de povoamento instalados no rio e proximidades, cuja população fora atraída pela mineração e pela cultura do gado. Mas o que aqui interessa é menos a viabilidade econômica fruto dessas atividades,¹² e sim os marcos humanos, nem sempre permanentes, que o afoito colonizador imprimiu na paisagem.

A derrota entre o rio São Francisco e as cabeceiras do Tocantins

A expedição partiu da nascente do rio Tocantins a 2 de novembro de 1734, comandada por José da Costa Diogo.¹³ Dele quase nada se sabe, apenas que desde junho seguia, vindo de Salvador, pelo Caminho da Bahia, juntamente com Joaquim Barbosa, três escravos seus e mais de 10 cavalos carregados de mercadorias,¹⁴ a caminho das minas de diamantes do Serro do Frio.¹⁵ Como muitos outros comerciantes, os dois pretendiam se beneficiar do lucrativo mercado que se estabelecia na área mineradora, especialmente a diamantífera (Furtado, 1999).¹⁶

A 20 junho, quando se encontravam às margens do São Francisco, na barra do rio Urucuia, foram surpreendidos com as notícias do fechamento da região dos diamantes. Nesse ano, essa área foi demarcada, sendo estabelecido o Distrito

¹⁰ Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT). Ministério dos Negócios Exteriores (MNE). Livro 16, f. 23v-24, 22 fev. 1738.

¹¹ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 3.

¹² As minas do Tocantins assistiram a seu *boom* entre 1736 e 1751 para depois declinar. “Neste momento, a produção de ouro chegou a 3.125 kg, o dobro dos anos anteriores, o que possivelmente provocou a atração de um enorme contingente populacional”, o que parece ter decaído vertiginosamente com a decadência das lavras (Flores, 2009, p. 52). Fruto desse processo foi a criação da capitania de Goiás, separada da do Grão-Pará em 1744 (Palacins, 1979, p. 41; Silva, 1996-1997, p. 41-44). Entre 1726 e 1736, a produção de ouro por escravos foi estimada em quase 400 g, decaindo para pouco menos de 300 g entre 1736 e 1751 para cerca de 200 g entre 1751 e 1778 e, finalmente, pouco mais de 100 g entre 1778 e 1828 (Palacins, 1979, p. 71).

¹³ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 1-4.

¹⁴ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 2, 3.

¹⁵ Essa era uma rota comum, como pode se ver pelo caso dos irmãos Nunes, que a percorreram várias vezes e também produziram roteiros de suas viagens (Furtado, 2013a, p. 168-209, e 2013b, p. 189-238).

¹⁶ Como era comum, parte da mercadoria lhes pertencia e outra eles carregavam para terceiros mediante o pagamento de comissão. A parte que chegou intacta a Goiás foi avaliada em 750 oitavas de ouro, sendo 600 referentes a mercadorias próprias – cerca de 86% do total (AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 2v).

Diamantino, e a entrada passou a ser vedada, controlada pela Intendência dos Diamantes (Furtado, 2007b, v. 1, p. 303-320). Por essa razão, os dois viandantes (Furtado, 1999, p. 260-268), que era como se chamava os que carregavam mercadorias pelos caminhos, ficaram sem saber o que fazer. Na barra do rio das Velhas, encontraram alguns homens que retornavam de Goiás, que lhes informaram que “depois da sua partida, se havia de publicar o Decreto de Sua Majestade em que concedia o caminho franco” e, então, decidiram ir para as minas “dos Goiases, onde poder[iam] fazer melhor negócio”.¹⁷ Começaram, no dia 24 de junho, a longa jornada até o arraial de Meia Ponte, situado junto às cabeceiras do Tocantins.

Essa viagem era realizada por terra, e a rede fluvial servia mais de referencial geográfico e de suprimento de água para os viajantes (Furtado, 2014, p. 42-43). Os expedicionários tomaram a estrada no registro do rio das Velhas, mas esta começava na cidade de São Paulo, e seu trecho inicial, passando por Mogi Guaçu, pode ser visualizado no *Mapa dos caminhos a partir de São Paulo para Minas Gerais e Goiás*¹⁸ (Costa, Furtado, Renger e Santos, 2004, p. 68 e 185).¹⁹ Essa carta ilustra como, na marcha para o oeste, em direção a Minas Gerais e Goiás, houve, por parte dos exploradores, a preferência por abrir picadas terrestres em vez de utilizar os rios, o que forçava a travessia dos que se impunham perpendicularmente aos caminhos que levavam ao interior (Holanda, 2014, p. 49).

Por essa rota, estavam dispostas muitas fazendas que José da Costa Diogo e Joaquim Barbosa atravessaram, algumas servindo-lhes de pouso, pois era costume realizar jornadas médias de três a quatro léguas, distância que podia ser transposta em um dia de viagem de marcha “à paulista”. Isto é, acordava-se bem cedo e caminhava-se somente até por volta do “meio-dia, quando muito até uma ou duas horas da tarde, assim para se arrancharem, como para terem tempo de descansar e de buscar alguma caça ou peixe” (Antonil, 1982 [1711], p. 182). Partiram da fazenda do Acary, situada na barra do Urucuia, passaram pelo sítio das Frechas, Campo Grande, Estiva, Capão, Santiago, Cana Brava e pela fazenda de Serra Acima. Esses pousos ficavam a uma distância média de cerca de quatro léguas entre si, o que exigiu um dia de viagem entre elas, com exceção do trecho Santiago-Cana Brava, distante 12 léguas, que demandou o dobro do tempo.²⁰

A 4 de julho, depois de percorrem 45 léguas, atingiram a fazenda do Faz Tudo, “última fazenda das povoações antigas”, de onde partiam dois caminhos: um para o Paraná e outro para as minas de Goiás.²¹ Este último, aberto havia pouco tempo, estava palmilhado de algumas fazendas, que os dois viajantes denominaram “povoações novas”, em contraponto às “povoações antigas”;

¹⁷ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 1, 2, 3.

¹⁸ IEB. Coleção J. F. Almeida Prado (CJFAP). Códice 23, f. 14.

¹⁹ O trecho inicial do segundo observa-se na carta intitulada *Demarcação do termo da villa do Paracatu do Príncipe*, o qual passava por São Romão e pela vila de Paracatu (AHU. Cartografia do Brasil, n. 267/1177.33) (Costa, Furtado, Renger e Santos, 2004, p. 221).

²⁰ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 3-3v. As folhas 3 a 4 apresentam a lista das localidades encontradas no caminho com as respectivas distâncias entre elas. Os cálculos foram realizados a partir dela.

²¹ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 1.

que tinham cruzado até então. Depois de marcharem cinco léguas, cruzaram o ribeiro de São João²² e, a 8 de julho, chegaram a Santa Rosa, onde arrancharam para se refazer desse trecho da viagem. Ali, encontraram “uns passageiros que vinham dos Goiases”, que lhes informaram “que havia licença para entrar tudo por tempo de seis meses”, contados a partir do dia de São João, isto é, 24 de junho, o que lhes fez acelerar a partida.²³

A carta e o relato da derrota trazem à tona a construção imaginária que os colonizadores iam compondo do Brasil e de seus espaços do interior

No dia seguinte, 9 de julho, depois de percorrermos cinco léguas, chegamos à fazenda dos Bezerras. Nela, vários caminhos confluíam: o que eles vinham percorrendo a partir da barra do rio das Velhas; outro que também se originava no rio São Francisco, mas passava por São Romão, acompanhando o rio Paracatu; e um último que partia do centro das Minas Gerais, margeando o rio Abaeté. Em Bezerras, todos se juntavam para formar a chamada “Estrada Real dos Goiases”. Um dia depois, a quatro léguas de distância, atingiram a Lagoa Feia, “muito grande e soturna”, cujas águas vertiam para o caminho de São Paulo. Segundo os dois viajantes, a pouca distância “ficam as principais cabeceiras do rio dos Tocantins, chamado lá Maranhão”,²⁴ o que pode ser visto na *Carte manuscrite*...

Depois de passarem pela Bandeirinha, pela fazenda de João da Costa, pela de Monteiro, por Sobradinho e por Três Barras, a 17 de julho atingiram a fazenda dos Macacos, que distava apenas três dias do arraial da Meia Ponte. Lá encontraram uma tropa que vinha de Goiás, que lhes deu notícias nada alvissareiras. Segundo seus integrantes, o caminho estivera aberto apenas por 10 dias, por instâncias do regente Antônio de Souza Bastos.²⁵ A partir de 24 de junho, voltara a ser fechado sob risco de novas apreensões. Em 1732, o quarto conde de Sarzedas, Antônio Luís de Távora, recém-empossado governador de São Paulo, insistira “na necessidade de controlar a abertura de caminhos proibidos” para a região de Goiás, e a lei de 1733, que proibira a abertura de novos caminhos para as minas, foi aplicada a essa região nesse mesmo ano. A partir de então, ficaram vedados todos os caminhos ou picadas abertos para Goiás, com exceção do que vinha de São Paulo, que era controlado e submetido a várias restrições (Palacins, 1979, p. 35).

²² AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 3v.

²³ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 1v.

²⁴ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 1v.

²⁵ Integrante da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva. Mais tarde, por desavenças deixou as proximidades do arraial de Meia Ponte e foi um dos fundadores, em 1735, do arraial de São José do Tocantins, hoje Niquelândia.

Já tendo perdido 10 cavalos na viagem e parte das mercadorias, e “já tão perto das ditas minas [...] e sem comodidade para continuar a derrota para outra parte”, não restou aos dois senão “continuar para adiante, dispostos à fortuna” que lhes aguardava.²⁶ Depois de caminhar cinco léguas, arrancharam junto ao ribeirão da Areia, passaram por Corumbá, que se encontrava à época despo-voada, e chegaram ao arraial da Meia Ponte, junto ao rio das Almas, que vertia suas águas no Tocantins, onde pernoitaram.²⁷ Corumbá²⁸ e Meia Ponte eram testemunhas dos ritmos distintos que o ciclo minerador impunha. O primeiro se encontrava abandonado, pois o *rush* aurífero do Tocantins atraía a população da região, que desertava em massa das áreas não produtoras; já Meia Ponte havia sido fundada recentemente, quando “Manuel Rodrigues Tomás descobriu as ricas jazidas dos contrafortes da serra dos Pirineus” (Palacins, 1979, p. 25) e sua população, por essa época, apresentava crescimento.²⁹

A 24 de julho, depois de 31 dias de viagem decorridos desde a barra do rio das Velhas, totalizando 92 léguas de distância, com o intuito de descansar a si e os cavalos, arrancharam no sítio de Miguel Ribeiro. Já em meados de agosto, depois de 10 dias de viagem, chegaram ao arraial do Maranhão, onde depositaram suas mercadorias nas casas de dois comerciantes locais. Buscaram o regente Antônio de Souza Bastos, também um dos fundadores desse arraial, para se apresentarem e buscarem sua proteção contra as ordens régias, mas ele “andava em descobrimento” e “tudo estava acomodado”. Assim que Bastos voltou, ao contrário do que esperavam, seguindo as ordens régias, este começou o confisco das fazendas dos comerciantes que haviam chegado recentemente ao arraial.

Os confiscos atingiram outros viandantes, e tal prejuízo os fez “homens derrotados”, e “cada um tratou de procurar sua vida”.³⁰ Foi então que José da Costa Diogo e outro que tinha experiência de minerar, do qual não se sabe o nome, resolveram “fazer algum descoberto de ouro”. Os dois futuros mineradores arrebanharam mais “sete camaradas e quatro escravos”, três deles os de Costa Diogo, e “em duas canoas, [com] ferramentas e mantimentos”, tudo comprado à custa de sua fazenda, seguiram “viagem pelo rio dos Tocantins abaixo”. Partiam temerosos, mas esperançosos. Temerosos porque, de uma bandeira que partira, em 1732, com “50 pessoas entre brancos e escravos, em descobrimento de ouro”, até a partida deles não se tinham notícias, “por onde se julgava perdida ou derrotada do gentio”.³¹ Esperançosos, pois esperavam ficar ricos, uma vez que seu “destino não era em chegar ao Pará, que era buscar ouro”.³²

²⁶ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 1v-2.

²⁷ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 3v.

²⁸ Não se trata da vila de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, hoje Corumbá, fundada em 1778 em Mato Grosso.

²⁹ Segundo Palacins, isso teria ocorrido em 1731, mas, para Galvão Júnior, por volta de 1729 (Palacins, 1979, p. 25; Galvão Júnior, 2007, p. 90-95).

³⁰ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 2, 3v.

³¹ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 4.

³² AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 3v.

Começava aí a rápida transformação desses comerciantes em mineradores. Sérgio Buarque de Holanda estimou que, na região das minas, um terço da população estaria envolvida na mineração, um terço nos negócios e um terço na agricultura (Holanda, 1985, p. 289). Mas, na verdade, “a atividade comercial misturava-se à mineração, à produção de gêneros agrícolas e pecuários” (Furtado, 1999, p. 222), e exemplo dessa consubstanciação eram os comerciantes-mineradores José da Costa Diogo e seus companheiros, agora também metamorfoseados em exploradores da calha do Tocantins.

A derrota do rio Tocantins até Belém do Pará

José da Costa Diogo e seus três escravos deixaram, a 2 de novembro de 1734,³³ o arraial do “Santo Antônio do Campo, chamado lá Maranhão”. Carregaram, por duas léguas, a canoa na qual embarcariam até o ribeirão do Maranhão, cuja nascente se encontrava “perto da Lagoa Feia” e, a partir daí, começaram a navegar. Após percorrer meia légua rio abaixo, chegaram ao encontro com o rio das Almas, cujo nascedouro ficava nas proximidades de Meia Ponte,³⁴ a oito dias de viagem rio acima.³⁵ A junção dos dois formava o Tocantins. Ao fim do dia, já navegando em suas águas, sem grandes dificuldades enfrentadas, apenas algumas pequenas cachoeiras e corredeiras ou itaipavas,³⁶ arrancharam em um sítio chamado Cocais, distante seis léguas de onde haviam partido. Lá encontraram os sete companheiros e o outro escravo que tinham feito o trajeto a pé, carregando a outra canoa.³⁷

Até o nono dia, rio abaixo, percorreram as terras chamadas da Campanha dos Tocantins, que eram as de povoamento mais antigo, ligadas às capitania de São Paulo. Durante esse trecho, não avistaram viva alma, colonos ou nativos, pois não existia assentamento permanente nas margens do rio.³⁸ A *Carte manuscrite de la navigation de la rivière des Tocantins* também não apresenta nenhum traço de ocupação nesse trecho do rio. No entanto, mais distante, na vertente direita, na parte mais acima de quatro tributários, entre eles o Preto, aparecem as povoações de São José das Toreyras e Bagagem e, serra acima, o de Santa Rita e Santa Tereza. Na vertente esquerda, as minas de Amaro Leite e uma fazenda de nome Coriola e, mais a oeste, Vila Boa de Goiás (Figura 1). Todas essas localidades surgiram do impulso minerador, e a fazenda do Coriola, da expansão da pecuária para o Centro-Oeste. Enquanto as primeiras estavam localizadas na bacia do Tocantins, sob a jurisdição do arraial da Meia Ponte, vila Boa de Goiás (a futura cabeça da comarca), erigida a partir do arraial de Sant’Anna, ficava junto às cabeceiras do rio Vermelho, um dos afluentes do

³³ O relato enumera, em ordem sequencial, os dias de navegação, excluindo dessa contagem os intervalos de tempo em que os expedicionários permaneceram em terra arranchados, não explicitando claramente a quantidade desses. Por essa razão, numeraremos os dias de viagem da mesma forma.

³⁴ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 1.

³⁵ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 3v.

³⁶ Itaipava: lajes de pedra que cortam os rios, dificultando ou impedindo a navegação.

³⁷ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 1.

³⁸ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 2.

Araguaia. Na bacia desse rio, “pelas margens dos córregos e rios com ouro de aluvião, [também] multiplicaram-se rapidamente os centros de garimpo: Barra, Ferreiro, Anta, Ouro Fino, Santa Rita”, mas esses não foram visitados pelos expedicionários (Palacins, 1979, p. 25). Segundo o quarto conde de Sarzedas, em 1732, “na maior parte daquele país [Goiás] se acham formações que prometem boa pinta, principalmente nos rios dos Pilões [afluente do Araguaia] e Meia Ponte, onde ao presente têm concorrido a maior parte daqueles moradores” (cf. Palacins, 1979, p. 26).

Somente depois de 16 dias de viagem, após navegarem três léguas, junto a uma cachoeira, na margem esquerda, avistaram o primeiro sinal de presença humana, o que, a princípio, lhes causou surpresa. Tratava-se de “uma casa de sobrado ainda por acabar e um roçado feito de pouco tempo e, nele, um curral principiado junto da casa”. Os moradores, alguns negros e três brancos, acudiram a seus gritos e também ficaram admirados com sua presença. Os viajantes resolveram desembarcar no “porto da casa” para saber melhor “que gente habitava naquele sítio” e, os do local, por seu turno, também ansiavam por notícias. A fazenda chamava-se São José, e seu regente, Manoel Velho do Carmo. Ali ficaram hospedados na casa principal, adoentados, alquebrados da viagem, alimentando-se de galinhas compradas nas Povoações Antigas, bastante distantes, o que revela que essas não eram criadas por ali. Os moradores contaram que a região se chamava “Terras Novas, que tinham obediência ao Grão-Pará, e eram regidos pelo capitão Manoel da Costa Madureira. Povoadas muito recentemente, ali terminava a Campanha dos Tocantins, com suas povoações antigas, sob jurisdição do governo de São Paulo. Em suas proximidades, encontravam-se as Minas da Natividade, descobertas em 1734. Os moradores ainda lhes informaram que, pouco adiante, rio abaixo, “ficava a barra do rio Pernatinga e, a sete léguas por ele acima”, se encontrava a barra do rio da Palma e, “na forquilha dos dois rios, tinham eles sua igreja, chamada São Félix” das Terras Novas, e que “aquele sertão” estava palmilhado de fazendas, localizadas na “beira dos dois rios e seus meios também”. Nas Terras Novas e seu entorno já havia “perto de 200 fazendas povoadas e se andava em descoberto de ouro”,³⁹ revelando a mescla do impulso minerador e da pecuária como motores do povoamento da região, atividades que se consubstanciavam nas mesmas pessoas e eram o sustentáculo econômico da colonização. Constituir uma rede de fazendas era essencial para prover de alimentos os moradores, pois os núcleos urbanos, ao contrário de Minas Gerais, eram escassos e muito distantes uns dos outros. A bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, por exemplo, que desbravara a região, entre 1722 e 1725, sofreu com a escassez de gêneros e assistiu à morte de muitos de seus integrantes. Um dos que sobreviveram relatou que, a “cada dia, morrem três ou quatro de fome, depois de terem comido todos os cachorros e alguns cavalos” (cf. Palacins, 1979, p. 24, nota 22).

³⁹ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 2v-3v.

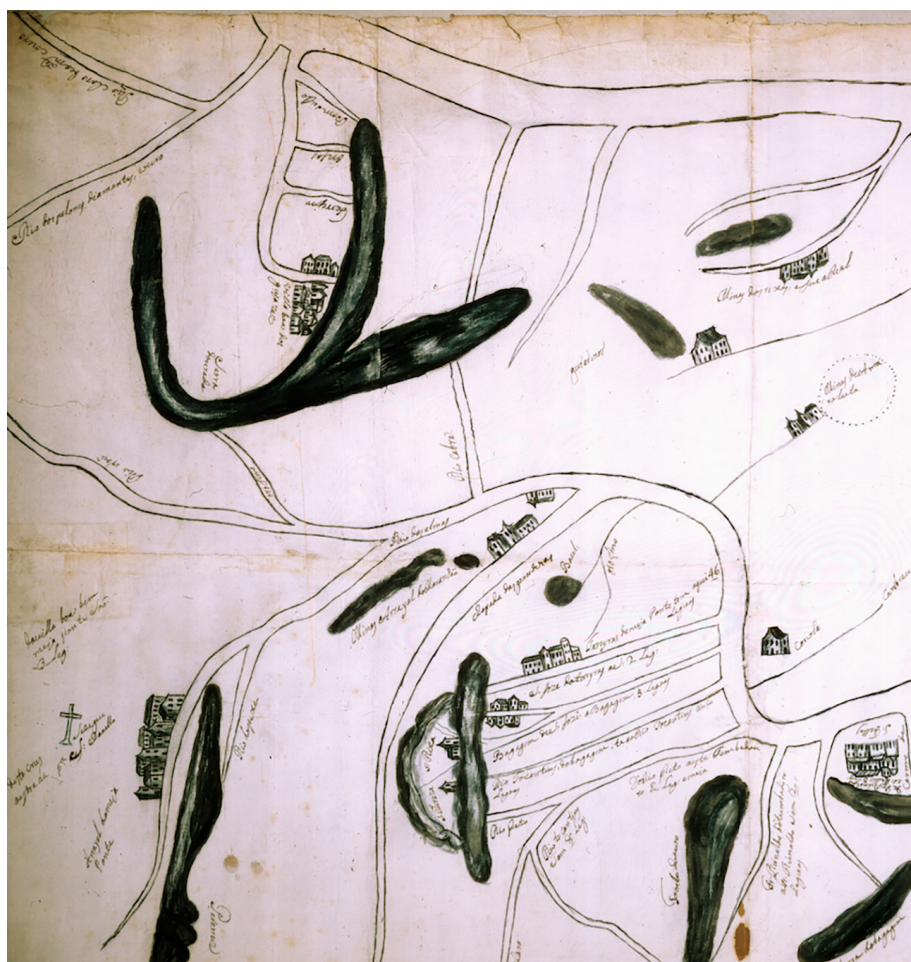


Figura 1. Trecho entre o arraial da Meia Ponte, com sua cruz, e São Félix, onde o rio se acotovela na *Carte manuscrite de la navigation de la riviere des Tocantins*. No alto, a bacia do Araguaia, onde se avista Vila Boa.

A *Carte manuscrite...* apresenta exatamente essa conformação e denomina Paraná o alto Pernatinga, conforme informado pelos da fazenda, que haviam realizado uma derrota de 10 dias até a povoação de mesmo nome, localizada nas proximidades da cabeceira do rio, do outro lado da serra do Paraná. Essa serra impedia o contato entre os moradores dos dois lados. O mapa também revela ser o trecho já percorrido pelos expedicionários razoavelmente coberto pela presença humana, ainda que de forma descontínua e praticamente ausente das margens do rio (Figura 2). Esta era decorrente das várias expedições que haviam percorrido a parte superior do rio e seus tributários, como Peixe, Cabra, Preto, da Bagagem, Tombador, Cuyté, Custódio, da Ponte e da Palma, entre outros. Nessa parte do mapa, podem ser avistadas as localidades de Santa Teresa, Santa Rita, do Carmo e do Frei Reinaldo, que constituíam a Campanha dos Tocantins; e São Félix das Terras Novas e Paraná, que configuravam as Terras Novas. Entre elas, 77 léguas de rio despovoado, que os

viajantes venceram em 16 dias de viagem pelo rio. No entorno, expedicionários e missionários iam imprimindo suas marcas na paisagem, lavras eram descobertas e exploradas, pequenos povoados eram criados, missões para realizar a catequese, assentadas, fazendas e currais, edificadas. Casinhas, cruzeiros, igrejas, casas-sedes de fazendas, currais, cercas e cabeças de gado representam os marcos materiais que simbolizavam e demarcavam a presença do colonizador luso-brasileiro no entorno do Tocantins.

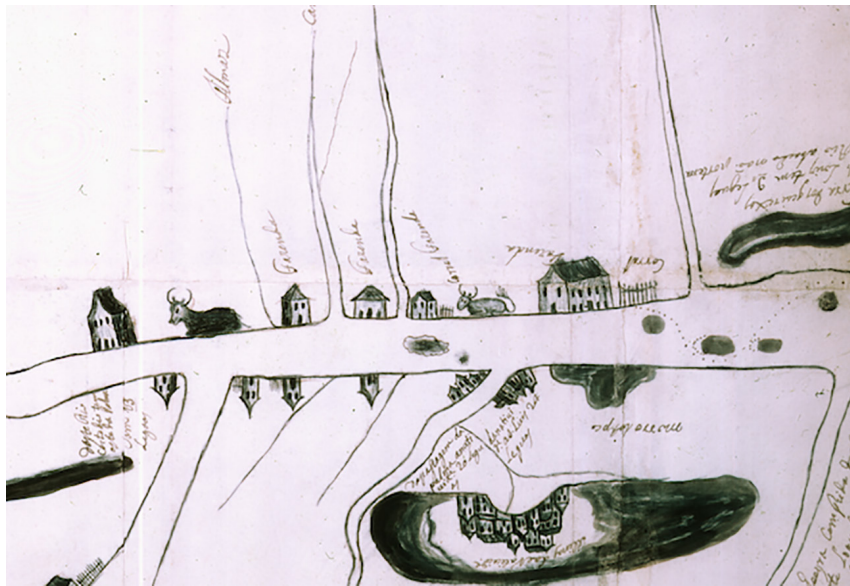


Figura 2. As Terras Novas e as Minas da Natividade na *Carte manuscrite...*

Formas provisórias de colonização

Quando retomaram a marcha, continuaram rio abaixo, enfrentando corredeiras, cachoeiras e lajeados, nomeando os acidentes geográficos mais importantes, parando aqui e ali para minerar os locais que lhes pareceu mais promissor e se deparando com algum indígena ou avistando suas canoas nas margens.⁴⁰ No 38º dia, meia hora depois do nascer do sol, depois de ultrapassarem uma ilha, avistaram a foz de “um rio muito grande, que chamam o rio da Araguaia” e, depois de cruzarem ilhas e itaipavas, avistaram na margem esquerda “um arraial de casas nos matos, algumas bem-feitas”. Apesar de os expedicionários não terem registrado seu nome, a *Carte manuscrite...* o nomeia de arraial do Purate, e o rio fronteiroço, de Tacazes (Figura 3). Como não avistaram pessoa alguma e por temer o gentio, decidiram arrancar na ilha mais próxima, onde avistaram vestígios de que haviam “procurado tartarugas” para caçar, o que lhes pareceu ser obra de “gente branca”. Esse é o único comentário sobre a rica fauna local, com a qual certamente se depararam pelo caminho. Essa ausência se explica porque esse não era o objetivo da jornada.

⁴⁰ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 6v-8.



Figura 3. A foz do Araguaia e arraial do Purate na *Carte manuscrite...*

A partir da barra do Araguaia, os sinais da colonização começam a se repetir, ainda que avistassem apenas edificações abandonadas, revelando a provisoriedade desses assentamentos diante do agreste da natureza e dos ataques de índios bravios. Foi o que ocorreu no 40º dia de viagem, quando encontraram um caminho paralelo ao rio, que percorreram por seis léguas, e, depois de voltarem a navegar, chegaram a um outro “arraial de casas”, também desabitado. Ali, encontraram um pouco de farinha já pilada e pegaram alguma. No 42º, ultrapassaram uma cachoeira grande, que “aqui chamam a Itaboca”. Nas proximidades, em uma enseada, avistaram “uma rancharia no mato, e junto dela uma cruz, e defronte, em uma coroa,⁴¹ outra cruz”. Novamente não há referência a moradores, e parece que foi o temor do que poderiam encontrar que os fez arrancar três léguas abaixo.⁴² A *Carte manuscrite...* representa esse trecho claramente: com uma sequência de letras X maiúsculas a longa cachoeira, com pontilhados a coroa, com borrões as ilhas próximas e o povoado da margem direita com três casinhas e uma cruz. Os signos inscritos no mapa, ao leitor, faz parecer permanente aquilo que na verdade tivera vida efêmera e deixara nas margens do rio apenas os vestígios abandonados da civilização que os luso-brasileiros buscavam edificar no coração do Centro-Oeste (Figura 4).

⁴¹ Coroa: baixios de areia produzidos por aluviões, isto é, sedimentos depositados no meio do rio. Comumente aparecem após a vazante de um tributário.

⁴² AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 9v-10.

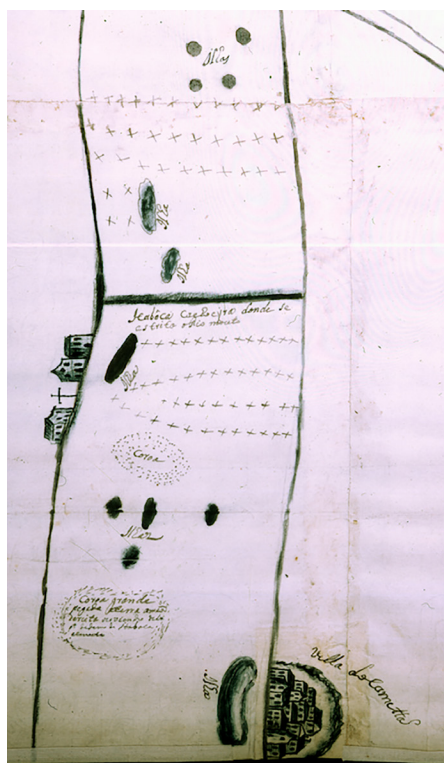


Figura 4. O baixo Tocantins até Cametá, com a cachoeira de Itaboca, na *Carte manuscrite...*

No 44º dia, passaram “uma grande praia, à mão esquerda, [que] aqui chamam Praia Grande”. Depois de terem vencido 19 léguas nos dois dias seguintes, à noite, quando arrancharam viram algo que os deixou “confusos”: “o rio vazou muito a boca da noite e pela meia-noite tornou a encher”. Perceberam “que era maré”, o que significava que estavam chegando próximo à vazante do Tocantins. De fato, quando amanheceu, depois de navegarem três léguas, viram “uma casa junto ao rio” e, chegando mais perto, “uma cruz”, a qual saudaram “com algum tiro de espingarda”. O dono, de nome Gregório Francisco, “logo veio” os receber “com grande amor e caridade”, hospedando-os em sua casa, “conforme as suas posses permitiam”. Os viajantes deram-lhe notícias de sua jornada e ele se prontificou a levá-los à vila de Cametá, localizada 15 léguas abaixo, para onde se deslocaram no dia seguinte. Em Cametá, ficaram “alguns dias descansando do trabalho da viagem” e depois foram para “Belém do Gram-Pará”, onde finalmente chegaram a 23 de janeiro de 1735.

Pelo caminho, os ex-comerciantes, metamorfoseados em exploradores, desbravaram o rio e seu entorno. O relato e o mapa revelam a contínua descoberta da geografia local. Alguns lugares já têm seus próprios nomes, como o arraial de São Félix das Terras Novas, com sua igreja, administrado pelo capelão José Pires; a fazenda de São José, com suas edificações ainda inconclusas; a mina dos Corichás, que acreditaram ter encontrado no 21º dia da jornada. Outros são

eles que vão batizando à medida que encontram, uma cachoeira “a que chamamos de Maquinas”; “um rio a que chamamos rio dos Mangues”. Muitos desses nomes refletem a característica do lugar. Assim, às muitas cachoeiras enfileiradas que encontraram no sexto dia de viagem puseram “o nome as Cancellas, por serem muitas”; o morro solitário, “muito aguçado”, denominaram do Pico; um rio muito grande é batizado de Rio Grande; e a Serra Vermelha, conforme sua cor. Outros eram referências ou às agruras ou às benesses encontradas pelo caminho, como a cachoeira “muito grande, com muitas ilhas”, que lhes custou para encontrar um canal, que denominaram Tropeço; o rio, em cujas proximidades avistaram pela primeira vez os nativos, chamado de Canabrava; e o barranco onde se protegeram, que denominaram Boa Vista, porque sua altura lhes permitia visualizar o entorno sem dificuldades. Mais raramente, os nomes tinham caráter religioso, como foi o caso do rio que chamaram de Santa Luzia, que ficava à “vista de uma serra grande e comprida, chegada muito aos Tocantins”, ou as almejadas minas que tanto buscaram, que foram chamadas de Minas de Santa Ana, onde levantaram uma cruz, em agradecimento à boa providência. Também foram pouco frequentes os topônimos de origem indígena, porque os expedicionários não tiveram contato com as tribos locais, como foi o caso da cachoeira dos Corichás, que já possuía essa denominação quando por ali passaram. Dar nomes aos acidentes geográficos era ato simbólico de posse, continuamente encetado pelos que se consideravam descobridores desses mundos novos.

A navegação

A derrota do Tocantins consumiu-lhes, no total, 83 de viagem, sendo 46 de navegação desde o arraial do Maranhão, junto à nascente, até a vila de Cameté, já na sua foz no rio Amazonas, e 38 dias gastos em terra, para descanso ou exploração mineral, e na viagem de barco entre Cameté e Belém. Nesse período, percorrem 267 léguas. Enquanto a viagem do litoral ao rio São Francisco e deste às cabeceiras do Tocantins era feita por terra, a das cercanias do arraial da Meia Ponte até Belém servia-se dos rios, nesse caso o Tocantins e o Amazonas. Em poucas regiões, os rios se tornaram o principal mecanismo de penetração, movimento que foi chamado de Monções, as grandes exceções a bacia Amazônica e a região pantaneira de Cuiabá (Holanda, 2014, p. 47-72). Rios como o Tocantins se transformavam, assim, em “caminhos que andam” (Flores, 2009), abrindo os vastos sertões interiores do Brasil aos colonizadores. Ao decidirem realizar a derrota em Goiás, os viajantes, cientes da paisagem local, coberta de florestas e praticamente impenetrável ao homem, decidiram que, como os que lhes precederam, utilizariam o leito do rio Tocantins, navegando nas canoas, “em razão de melhor comodidade para a condução dos mantimentos e mais equipagem precisas”.⁴³ O fato de estarem a montante do rio também propiciava a viagem, pois podiam aproveitar a correnteza a seu favor. A velocidade média

⁴³ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 4.

foi de quase seis léguas por dia, bem mais rápida do que as quatro léguas, em média, que gastaram a pé no trecho entre o rio São Francisco e Goiás, revelando as vantagens da navegação sobre os caminhos terrestres.

Depois de 16 dias de viagem, após navegarem três léguas, junto a uma cachoeira, na margem esquerda, avistaram o primeiro sinal de presença humana, o que lhes causou surpresa

Sobre o meio de transporte utilizado — as duas canoas — o *Relato...* não fornece muitos detalhes ou informações, mas ao longo da viagem referências a várias embarcações de índios e brancos fornecem algumas pistas. O narrador faz referência e emprega, de modo distinto, os termos canoa e jangada. Canoas eram embarcações que “usam os gentios da América para a guerra, de que mais se aproveitam os moradores para o serviço, pela pouca água que demandam”. Eram feitas de um único tronco, escavado no interior, e as maiores podiam levar até 30 remeiros (Bluteau, 1712, v. 1, p. 106). São duas embarcações como essas, com seus remos,⁴⁴ que utilizaram, mas ambas não deviam atingir tal envergadura, uma vez que juntas transportaram 13 passageiros, sendo seis ou sete em cada uma. Os sete companheiros de viagem mais seu escravo, oito no total, tiveram de carregar uma das canoas no primeiro trecho da viagem, visto que ela não comportava todos a bordo. A canoa, por ser resistente e rasa, cortada de “um pau inteiriço, escavado a fogo, machado, ou enxó”, era “especialmente indicada para os rios encachoeirados”, podendo ser carregada, ir “à sirga”, isto é, puxada por uma corda, ou “varar com facilidade” a cachoeira (Holanda, 2014, p. 47-48). Navegar o Tocantins impôs uma série de dificuldades. Havia trechos de “rio bom”, quando a distância percorrida conseguia ser bem maior, mas muitas vezes os viajantes se defrontaram com cachoeiras, itaipavas ou coroas que em muito dificultavam a navegação. Nesses trechos, a velocidade média diminuía bastante, sendo geralmente de três léguas por dia. Para atravessar “muitas das cachoeiras e itaipavas” era “necessário sentido e experiência”, o que não parecia faltar aos expedicionários.

Jangadas eram “paus boiantes ligados entre si” (Bluteau, 1713, v. 2, p. 12). O narrador utiliza frequentemente essa denominação para se referir às embarcações dos nativos. Ao mencionar as que avistaram, deixa escapar algumas observações sobre esses artefatos, que nos contam um pouco sobre a cultura material dos índios. Em uma feita, “sete jangadas [eram] feitas de buritis”, isto é, de troncos de palmeiras amarrados uns aos outros. Eram “umas novas, outras velhas”, e uma “já velha, mas muito bem lavrada e parecia coisa de branco”,⁴⁵ o que revela que consideravam a técnica dos nativos inferior à dos brancos. Em uma única vez, os

⁴⁴ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 10.

⁴⁵ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 6, 6v, 7.

nomes se embaralham, e canoa é empregada para se referir às embarcações indígenas. Foi no 40º dia, quando encontraram “uma canoa alagada só com a popa de fora”. Ao descrevê-la, observa-se que se tratava de uma jangada, pois estava “amarrada com cipós, uns novos, outros velhos”. Em um caminho, “a três tiros de espingarda”, acharam outras “duas canoas desbaratadas [isto é, destruídas] do gentio”.⁴⁶

Já no segundo dia de viagem, os expedicionários enfrentaram o primeiro grande percalço. Passaram por “quatro cachoeiras pequenas” e, quando tinham percorrido seis léguas no total, se depararam com uma maior, que nomearam “o Salto”. Em razão do grau de dificuldade para atravessá-la, resolveram desembarcar e arrancar “da parte de cima, deixando a passagem para o seguinte”, quando o fizeram, tomando todos os cuidados. Depois de vencê-la e tendo navegado apenas uma légua, por causa da “muita chuva” que caía, decidiram arrancar novamente em uma “ilha pequena que fazia o redemoinho de uma cachoeira”. No outro dia, venceram novas cachoeiras e itaipavas e pararam em uma grande coroa “no meio do rio, à vista de um morro grande”, sendo capazes de vencer seis léguas de rio.⁴⁷ No quinto dia, novas dificuldades! Depois de apenas duas léguas, em um trecho onde avistaram dois morros, um em cada margem, encontraram várias cachoeiras que cobriam quase uma légua do rio. O relato informa como eles venceram esse obstáculo: em uma parte, “passa[ram] as canoas à mão”, mas, na maior delas, encontraram “três canais” e cruzaram “pelo da mão direita”, deixando esse trajeto registrado no *Relato...* Quando os rios não eram muito profundos, ou quando era possível encontrar um canal mais raso, “o sertanista contentava-se com vadear muitos desses rios, levando água pelo peito,” e cruzava corredeiras, itaipavas ou cachoeiras carregando a canoa no alto (Holanda, 2014, p. 49). Nesse dia, venceram apenas três léguas, sendo duas de rio bom, e, cansados depois do esforço realizado, montaram acampamento logo abaixo da cachoeira. No sétimo dia, nova cachoeira que, mais uma vez lhes atrasou o passo, apenas três léguas vencidas, pois os obrigou a passar, de novo, as canoas à mão.⁴⁸ No nono dia, ultrapassaram “alguma correnteza e cachoeiras”, mas encontraram “bons canais” e foram capazes de navegar nove léguas. Chegaram, então, a um cotovelo do rio, onde dormiram em uma grande ilha coberta de árvores, mas o dia seguinte quase lhes custou a vida e a empreitada. Depois de navegar cerca de uma légua, em uma das curvas onde o rio se estreitava, foram apanhados de surpresa em um grande redemoinho, que atirou a canoa sobre umas pedras, afundando a proa, e metade da canoa encheu-se de água. Isso os obrigou a descer em terra para consertar o estrago que causara no casco. Dessa posição e examinando o trecho à frente, perceberem que o rio também se estreitava na curva seguinte e resolveram seguir carregando a canoa por terra, até que esse novo obstáculo fosse vencido. Alertaram, no entanto, os leitores de que nessas duas corredeiras “é preciso passar as canoas à mão”.⁴⁹

⁴⁶ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 9v.

⁴⁷ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 11v.

⁴⁸ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 1v.

⁴⁹ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 2.

Até a fazenda de Pedro Barros, a que chegaram no 16º dia de viagem, a *Carte manuscrite de la navigation de la rivièrre des Tocantins* não representa nenhum acidente no leito do rio que dificultasse a navegação, ainda que tenham sido relatados no texto (Figura 1). Uma explicação para tanto seria que, tendo o mapa sido realizado em Belém, interessava ao governador da capitania do Grão-Pará orientar futuras expedições apenas no trecho do rio sob sua jurisdição, que se estendia entre Cameté e as Terras Novas. Ao deixarem a fazenda de Pedro Barros no 18º dia de deslocamento, se depararam com uma ilha (representada no mapa), e duas léguas abaixo dela, depois de passar um pequeno riacho à esquerda, “está o rio tomado de um recife de pedras, mas com um bom canal”. Passaram por algumas itaipavas, mas duas léguas depois se depararam com “uma cachoeira muito grande, com muitas ilhas”. Custou-lhes todo o dia até encontrarem um canal que permitisse a travessia. Exaustos, depois de “passada a parte mais perigosa”, desceram à terra e montaram acampamento. Pela dificuldade que enfrentaram, chamaram-na de Tropeço.⁵⁰ No 21º dia, avistaram um rio na margem esquerda que acreditaram ser o dos Corichás, e, no outro, depois de uma ilha, se depararam com “um grande cordão de pedras”, e, depois dele, “uma grande cachoeira”, que chamaram de Carreira Comprida por causa de sua extensão. Apesar de seu tamanho, logo encontraram “um canal da parte esquerda” que lhes permitiu atravessá-la.⁵¹ A *Carte manuscrite...* representa, nesse trecho, todos os acidentes que dificultaram a navegação. Lá estão a serra dos Corixás (com x), as cinco ilhas e a cachoeira da Carreira Comprida. Como alerta, foi tracejada uma linha pontilhada que aponta o percurso que as canoas deveriam fazer, exatamente o que José da Costa Diogo e seus companheiros tomaram (Figura 5). No 26º dia, encontraram um grande rio, “com água estável”, o que significa que seria muito bom para a navegação. Por causa de sua lentidão, deram-lhe o nome de rio do Sono, mas não se atreveram a explorá-lo.⁵²



Figura 5. A cachoeira Comprida e o morro do Pico na *Carte manuscrite...*

⁵⁰ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 4v.

⁵¹ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 5-5v.

⁵² AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 6v.

Não eram só as corredeiras e cachoeiras que impunham dificuldades, também as coroas tinham de ser contornadas com cuidado, como as que encontraram no 37º dia, onde o rio se abria em “praias muito grandes”. Era indício de um grande tributário carregando volumosos sedimentos. Este se revelou dois dias depois, quando chegaram à barra do Araguaia.⁵³ Logo abaixo estava o leito do Tocantins “cercado de pedras”, mas a segunda itaipava foi vencida por um canal à direita, seguiram-se novas cachoeiras, e, por fim, uma ilha que ficava defronte do arraial de Porate, e, mais abaixo, “um recife que toma o rio todo, mas tem um canal franco”.⁵⁴ Já estavam bem próximo da vazante do rio, mas as dificuldades não diminuía. No 40º dia, passaram “por correntezas, remansos e cachoeiras perigosas”, mas encontraram um canal. Remansos eram águas “do braço de um rio, as quais separadas da sua corrente se juntam em algum lugar” (Bluteau, 1720, v. 4, p. 229). Logo à frente, nova cachoeira, esta muito grande, denominada Itaboca, que os obrigou a saltar a terra e seguir uma picada aberta junto ao rio. Quando voltaram para o leito do rio, encontram um canal pequeno, por onde passaram as canoas de mão a mão até arrancharem-se para descansar. Esperava-lhes maior provação. Retomaram a jornada, levando “as canoas à mão, num pequeno braço” do rio, mas quando se consideraram seguros e voltaram a navegar e “meter remos”, uma das canoas virou e perderam “tudo que nelas trazia[m], escapando só a gente que a governava”. Como tinham acabado de se abastecer de farinha encontrada em um arraial abandonado, resolveram voltar e se reabastecer. Foi o único dia que não avançaram uma única légua sequer. A *Carte manuscrite...* apresenta toda essa geografia perigosa entre a barra do Araguaia e a vila de Cameté. Entre cachoeiras e lajeados, seu autor, a advertir seu leitor, escreveu “Itabôca, cachoeira onde se estreita muito o rio”, e “coroa grande pegada à terra à mão direita”. Vencidos esses dois desafios, os viajantes chegaram à vila de Cameté.

O gentio selvagem

Ainda que nem sempre fossem avistados, vestígios dos índios estavam por toda parte. Bartolomeu Paes de Abreu informou que eram essas “campanhas infestadas de gentios bárbaros”.⁵⁵ Já o governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, escreveu ao rei, em 1724, informando que a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz, que enviara “ao sertão do Norte chamado Guayases”, estava desaparecida havia dois anos e que receava seu “mau sucesso, por causa do muito gentio, que há para aquelas partes”⁵⁶, e que, frequentemente, resistia à penetração dos colonizadores.

A oito dias de viagem, José da Costa Diogo e seus companheiros avistaram o primeiro sinal de sua presença. Passaram por uma roça “velha”, abandonada,

⁵³ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 8v.

⁵⁴ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 9-9v.

⁵⁵ Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo (DIPHSP)*. São Paulo, v. XXIV, 2015, p. 59.

⁵⁶ AESP. *DIPHSP*, 1896, v. XX, p. 133.

“aonde o gentio lavrava mantimentos”, indício de que praticavam a agricultura, ainda que fossem considerados selvagens e bárbaros pelos colonizadores.⁵⁷ Apesar de essa localidade estar abandonada, várias tribos ainda habitavam as proximidades do rio, resistindo à colonização e atacando os assentamentos dos brancos sempre que podiam. Os moradores da fazenda de São José, por exemplo, contaram que o sertão entre as Terras Novas e a povoação do Paraná estava infestado de “muito gentio, que todos os dias assaltava uma e outras povoações”. Por isso, os habitantes locais não tinham interesse em “povoarem fazendas [...] pelo grande risco que correm em andarem separados”.⁵⁸ O medo dos nativos conformava a maneira como o povoamento se estruturava, aproximando os colonos em núcleos mistos de rural e urbano, de modo a se autoprotegerem, pois a ajuda externa era incerta e demorada. Isso dificultava o estabelecimento de uma rede contínua de fazendas nas margens do rio, necessárias à produção de alimentos capaz de sustentar um povoamento em bases mais permanentes. Essa precariedade resultou, por exemplo, na falta de uma criação de galinhas na região das Terras Novas, carne muito consumida pelos doentes.

“Cada dia, morrem três ou quatro de fome, depois de terem comido todos os cachorros e alguns cavalos”

O primeiro ataque desses índios ao Paraná resultara na morte de “alguma gente” e no sequestro de “duas crianças, macho e fêmea”. Assustados, seus moradores haviam pedido, por intermédio da expedição que partira da fazenda de São José e que pela primeira vez estabelecera contato entre as duas localidades, que, em 1735, na Quaresma, o padre João Pires, capelão da igreja de São Félix das Terras Novas, fosse lhes administrar os sacramentos costumeiros e levasse com ele em socorro alguns fregueses “para afugentar a muita gentilidade que por aquelas partes habitava”.⁵⁹ Contaram que, nas fazendas do entorno dos rios Pernatinga, Paraná e Palma, os habitantes eram “poucos, [viviam] separados e impossibilitados para se poderem defender”; já “a gentilidade [era] em grande número”. A sobrevivência dependia da ajuda mútua dos habitantes desses assentamentos, ainda que espacialmente distantes um dos outros. Para ajudá-los no combate ao gentio, haviam pedido ajuda ao governador do Pará e contaram que haviam recebido a notícia de que havia um ano que o governador despachara, desde Belém, uma tropa — dirigida por Luís Prates —, mas, como ela não havia chegado nem dela tinham notícia, acreditavam que “devia de seguir outro rumo ou [ter] tornado para trás”.⁶⁰ Até esse ponto, os expedicionários não

⁵⁷ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 1v.

⁵⁸ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 3.

⁵⁹ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 3-3v.

⁶⁰ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 3v.

tinham nem mesmo visto algum índio, mas as descrições dos moradores e o medo que sentiam contaminaram e moldaram a forma como eles perceberam, descreveram e se relacionaram com os nativos a partir de então.

Em uma ilha na qual pararam no 17^o dia de viagem, um morador local, de nome Pedro de Barros, aumentou-lhes ainda mais o temor que sentiam. Ele lhes contou que, de uma feita, quando ia guardar suas éguas no curral, avistou, na margem do rio, seis cavalos selvagens, que vez ou outra reapareciam “em partes inabitáveis”, e, com outros companheiros, resolveu ir a seu encalço. Conseguiram apanhar apenas um e viram ser “cavalos de paulistas”, desgarrados durante alguma expedição malsucedida.⁶¹ Inferiram que deviam pertencer à bandeira que partira, em 1732,⁶² e da qual não se tinha notícia alguma, e concluíram “que a teria o gentio desbaratado e comido os outros cavalos”.⁶³ Na mesma ilha tiveram notícias de outros ataques recentes, ocorridos durante uma das suas expedições a uma das margens do Tocantins, quando enfrentaram à bala um grande bando que lhes vieram em seu encalço. Apesar de estarem em menor número que os selvagens, seu poder de fogo garantiu-lhes uma vantagem inicial, que viram esvanecer-se “quando acabou a pólvora e chumbo”. Tiveram, então, de bater em retirada, “e o dito gentio os seguiu até a beirada do rio, aonde se demorou um dia dando brados ou urros espantáveis”. Conseguiram escapar porque os índios não tinham canoas, e eles se puseram a salvo na ilha onde moravam. No entanto, temiam ter de abandonar suas fazendas se não chegassem reforços do Pará. Observa-se, a partir desse relato, que os brancos atribuíam a dois artefatos materiais próprios de sua cultura — as armas de fogo e as canoas — sua superioridade em relação aos indígenas, capazes de garantir sua permanência em meio às tribos hostis. Essa superioridade podia ser compartilhada pelos expedicionários como a lhes tranquilizar diante da incerteza do ambiente no qual se deslocavam. A narrativa também associou mais uma característica como indicativa da selvageria dos nativos — os urros que emitiam, que com seu som gutural se distinguia da sonoridade própria da linguagem europeia que lhes era familiar.

Os expedicionários, ao escutarem “tais informações, [se] intimidaram de tal sorte” que pensaram em “não continuar a derrota”, o que lhes custou um dia de conversas, ponderando os prós e os contras. Por fim, decidiram seguir adiante porque acreditaram que “não haveria gentio de canoa pelo rio abaixo, e que quando os encontra[ssem se] meteriam ao meio do rio”.⁶⁴ Ledo engano! Já no dia seguinte, quando retomaram a viagem, ouviram “uns grandes gritos aprestados⁶⁵ de homens e mulheres”. Logo viram “sete canoas cheias de gentio, que navegavam rio acima” e que, “a grandes vozes, chamavam pelos que

⁶¹ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 4.

⁶² Parece se tratar da bandeira de Domingos Rodrigues do Prado, que entrou pelo Araguaia e no retorno, em 1734, deu notícias de várias minas na região (Palacins, 1979, p. 27).

⁶³ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 4v.

⁶⁴ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 4v.

⁶⁵ Aprestado: pronto para a guerra (Bluteau, 1712-1720, v. 1, p. 452).

iam por terra”. Esses últimos entraram em suas canoas e foram de encontro aos demais. Uma vez reunidos, todos começaram a descer o rio. Ainda que os viajantes os tenham logo perdido de vista, o medo os fez navegar nesse dia 11 léguas, muito mais do que em qualquer outro, buscando um lugar onde pudessem se abrigar de algum ataque eventual e dormir em segurança.⁶⁶

Apesar de não ter havido enfrentamento direto e de logo não terem mais os avistado, a percepção de que os índios tinham canoas e o fato de não saberem o que lhes aguardava mais à frente mudaram os ânimos do grupo e os pôs, de novo, a discutir se continuariam ou não. Como haviam percorrido longa distância — 93 léguas no total — e vencido a cachoeira do Tropeço, que para subir exigiria um deslocamento por terra, quando os índios poderiam lhes “fazer grande dano em uma emboscada”, decidiram seguir em frente, ainda que “alguns mais por força do que por vontade”, revelando o temor que o primeiro encontro com os índios lhes causara. Quatro léguas abaixo, junto a um tributário da margem esquerda, novo encontro com “dois tapuias”, em uma canoa, que acharam que “estavam de vigia”. Denominaram Canabrava esse rio e montaram acampamento, à vazante, “defronte de umas barreiras altas”, propícias à defesa, pois permitiam avistar qualquer ameaça, mesmo que distante. Chamaram de Boa Vista esse lugar e o rio das proximidades — os nomes refletindo as experiências cotidianas da viagem.⁶⁷ Ao analisar o encontro da cultura europeia e indígena, no contexto da expansão marítima ibérica, Tzvetan Todorov fala da quase impossibilidade do diálogo, ou do monólogo autorreferente dos europeus em relação aos nativos americanos. Sobre Colombo, afirma que ele “não compreende os índios melhor agora: na verdade nunca sai de si mesmo” (Todorov, 1983, p. 39). O mesmo ocorre com os expedicionários. Nesses dois encontros, não foi estabelecido qualquer diálogo ou tentativa de aproximação de ambas as partes, e o comportamento dos índios, arredo, na verdade, foi interpretado, de antemão, como ameaçador, impressão moldada pelas histórias terríveis que lhes haviam contado os locais.

A partir desse ponto, os encontros com os índios se tornaram cada vez mais frequentes, mas ambos se mantinham a distância, e os viajantes, temerosos, não fizeram qualquer tentativa de aproximação. No 23º dia, nas proximidades do rio de Mangues, avistaram “sete jangadas feitas de buritis, em que o gentio passa de uma para outra” margem. Durante dois dias, mineraram em alguns ribeiros dessa região, mas, em um deles, José da Costa Diogo teve de se retirar às pressas “por causa do muito gentio que sobre mim vinha”. Ao partirem, cruzaram seis cachoeiras e, entre elas, viram uma aldeia, que, no entanto, se encontrava vazia. Pouco depois, avistaram uma tal “quantidade de jangadas” na margem que não puderam “fazer a conta”. Abaixo, desceram em uma ilha onde encontraram, ainda fresco, “grande número de rastro de gentio”. Concluíram “que, no mesmo instante, tinham saído dela, tendo dormido

⁶⁶ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 4v-5.

⁶⁷ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 5-5v.

nela”, pois ainda foram capazes de ouvirem seus gritos. No 29º dia de navegação, avistaram “encostadas, mais de 400 jangadas”.⁶⁸ Nenhum desses indícios foram interpretados como tentativas dos índios de não se encontrarem com os brancos, contato que certamente eram eles que muito mais temiam, pois frequentemente ficavam em desvantagem.

O distanciamento com os nativos foi rompido somente no 37º dia de navegação, quando os viajantes se encontravam já perto da foz do Araguaia e finalmente venceram o medo, tomando a iniciativa de contatá-los. Avistaram, na margem esquerda, “uma fumaça de fogo e uma canoa encostada em terra”. Como o sinal de fumaça era forte e constante, inicialmente acreditaram “que seria [de] gente branca”. Por essa razão, começaram a gritar, mas como “a fumaça se levantava pelos ares” a modo dos sinais dos índios, logo perceberam que “era tapuia bravo” e trataram de continuar descendo o rio com ligeireza. Passado pouco tempo, avistaram uma canoa os seguindo, “com três pessoas dentro”, mas, ao contrário das outras vezes, deixaram que se aproximasse bastante. José da Costa Diogo não explica por que essa mudança de comportamento, mas talvez fosse o tipo dos sinais de fumaça que, desde os descobrimentos, eram interpretados pelos europeus como mostras de que os índios os chamavam para um encontro (Furtado, 2015, p. 93-94).

Mais uma vez, os nativos, ao perceberem se tratar de homens brancos, fugiram e buscaram a terra. Essa informação revela que os índios tomaram os gritos como sendo dos seus, o que revela que a sonoridade linguística não seria tão diferente assim. Os expedicionários os atraíram de volta, fazendo “sinal que chegassem, ao que eles obedeceram com bastante risco, mostrando os arcos desarmados e as flechas com as pontas para baixo”, o que foi interpretado como demonstração de amizade. Os brancos fizeram “também os mesmos sinais com as [suas] armas” e “sinais que chegassem”, mas não foram suficientes para que os selvagens se aproximasse, e eles desembarcaram em uma praia próxima. Costa Diogo ordenou que também desembarcassem, mas, cuidadoso, buscou uma área mais abaixo do rio. Os tapuias correram em sua direção, mas, quando avistaram suas armas, se afastaram. Certos de que não corriam perigo, em sinal de boa vontade, os brancos esconderam as suas nas canoas, ao que os índios se aproximaram a mostrar que também “não queriam ofender”. Costa Diogo ofereceu-lhes “um maço de missangas”, em um “intercâmbio simbólico em forma de troca recíproca de dádivas” (Massimi, 1997, p. 44). Observa-se que não só estavam preparados para esse encontro como conheciam os ritos de aproximação que se costumava fazer com os nativos. Os viajantes interpretaram que os presentes “lhes agradaram”, pois retribuíram, em “agradecimento, [com] meio molhe de flechas”. Ainda que tenham passado algum tempo com os nativos, o contato se resumiu a esses gestos e à troca de presentes, porque eles “não entende[ram] palavra alguma”,⁶⁹ revelando as dificuldades de comunicação entre as duas culturas.

⁶⁸ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 6-7.

⁶⁹ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 8v-9.

Até esse ponto, os índios em si mesmos não pareciam ser de grande interesse, a não ser como ameaça à sobrevivência dos expedicionários. A falta de contato ou de conhecimento os impede de fornecer mais informações sobre essa ou as tribos ao redor, os nativos ocupando apenas “um papel periférico, sendo integrados apenas [como curiosidade] ao objetivo maior da expedição que é constituído ‘pelo projeto de exploração’ mineral (Massimi, 1997, p. 44). Neste trecho, o relato se detém para fazer uma rara descrição pormenorizada dos dois índios:

Tinham esses tapuias batuques no beicho de baixo e, no de cima e nas orelhas, buracos redondos em que traziam umas tabuinhas encaixadas, que lhes fazia[m] parecer as orelhas muito grandes; o cabelo cortado pelo alto da cabeça, deixando uns cabelos compridos de uma e outra parte, os quais atavam por baixo da testa. Eram estes de estatura alta e bem fornidos.⁷⁰

Quase nada se fica sabendo de sua vida ou de seus costumes ou das tribos que avistaram, mas algumas poucas informações podem ser pinceladas aqui e ali. Ao mencionarem uma das muitas jangadas indígenas, disseram que estas pareciam “coisa de branco”.⁷¹ Essa observação — “coisa de branco” — é utilizada mais duas vezes: quando encontraram armadilhas para caçar tartaruga e quando avistaram os sinais firmes de fumaça. Em todas três revelam que os viajantes consideravam a cultura dos nativos inferior à sua, e quando avistaram, ou pensaram avistar, objetos ou costumes mais elaborados, sempre os atribuíram à cultura branca europeia. É possível saber que as tribos do alto Tocantins praticavam a agricultura, pois contam que nessa região avistaram uma roça “velha”, abandonada, “aonde o gentio lavrava mantimentos”.⁷² Por fim, ainda que os brancos domesticassem alguns índios, esses eram capazes de estabelecer relações de solidariedade com os que se mantinham em sua cultura de origem. Nas imediações da foz do Araguaia, a tropa enviada pelo governador havia estabelecido contato com “uma aldeia de 600 arcas”, mas esta, “induzida ao depois [pel]o tapuia manso que ia na tropa, largou fogo à sua aldeia, que estava pelo mato adentro, e se ausentou”,⁷³ mais uma vez os indígenas fugindo do avanço dos brancos.

⁷⁰ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 9.

⁷¹ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 6, 6v, 7.

⁷² AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 1v.

⁷³ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 9v.



Figura 6. Aldeia do Pânico e Cachoeira dos Corixás, na *Carte manuscrite*...

Já a *Carte manuscrite de la navigation de la rivière des Tocantins* representa quatro tribos indígenas na região, uma em um de seus tributários da margem esquerda, o rio do Mangue, que é chamada de Aldeia do Pânico (Figura 6); uma na margem esquerda do Tocantins, que é denominada Aldeia de Araguaia; a terceira em um tributário sem nome da margem direita, dita Aldeia do Curuã úasû ou Ayaroucuã; e a última na margem na margem direita do Araguaia, de nome Aldeia de Sahantedecuã. O nome da primeira é uma clara referência à situação de temor que o encontro entre seus habitantes e os brancos ocasionou, os das últimas fazem referências às nações indígenas do local. Essas tribos estavam localizadas no trecho mais remoto do rio, abaixo da cachoeira do Corichá, e são representadas por simples círculos formados por pontos, sem indicar qualquer signo de cultura material, diferentemente das localidades dos colonizadores. Essa forma de representação denota as hierarquias que os últimos estabeleciam em relação aos primeiros, os índios sempre considerados selvagens e bárbaros. Também fixava, em um único ponto, populações que, na maioria das vezes, eram errantes, revelando a dificuldade do suporte cartográfico de representar tal forma de vida. Outra dificuldade residia na diversidade linguística dos indígenas, nem sempre possível de ser apreendida pelos europeus, como era o caso do nome dessas tribos indígenas. Também os poucos topônimos em línguas locais que foram incorporados pelos colonizadores representavam obstáculos difíceis de ser superados, como a serra dos Guirixez e a cachoeira dos Corich[x]ás, que vão adquirindo diferentes grafias à medida que migram da linguagem oral para a textual, e dela para a cartográfica, quase nunca coincidentes. Por fim, os mapas, ainda que buscassem ser instrumentos

que conferissem visibilidade a um conjunto de informações etnográficas que os exploradores europeus recolhiam no desbravamento de novas terras, apresentavam limites concretos à fidedignidade dessas informações, pois eram objetos circunscritos à própria cultura europeia que os produzia.

O Eldorado se avizinha...

Chegar a Belém não era o objetivo primordial da viagem. José da Costa Diogo e seus companheiros, mimetizados dessa feita em mineradores, pretendiam “fazer algum descoberto de ouro” e estabelecer-se em alguma parte do rio, onde os achados fossem mais promissores. Para tanto, levavam todo o necessário “para o descoberto desejado das populares minas de ouro do mesmo rio”.⁷⁴

A *Carte manuscrite...* revela por que os outrora comerciantes decidiram, a seguir, se transformar em mineradores. Nela, pipocam áreas de exploração aurífera já povoadas e exploradas, como as “da Bagagem”, “da Chapada”, “dos Rexas ou Real” e “das Arraias”, junto ao arraial de São Félix das Terras Novas (Figura 1). De posse desse mapa, D’Anville, ao se referir ao Tocantins, informa que “era um país rico em ouro” (D’Anville, 1750, p. 659) e, ao longo da derrota os expedicionários fizeram várias tentativas de encontrar o metal, a maioria bem-sucedida. Quando atingiram Belém, queriam voltar para o rio em busca da riqueza, que deixaram apenas tocada de leve. Contudo, mais do que as minas realmente encontradas, o *Relato...* e o mapa revelam o imaginário que se construía em torno do rio, que se revela, por exemplo, nos inúmeros topônimos que fazem referências às suas riquezas, como “Ouro Fino”, “Tombo do Ouro”, “Minas da Natividade” e “Minas de Amaro Leite. Segundo os viajantes, seu apelido era rio Rico.⁷⁵ Essa percepção precedera sua própria descoberta e se situa na mitologia da Serra dos Martírios, “que é em um destes morros, que têm admirável vistas, e nesta parte [por] favor de Deus, se acharem muitos haveres” (Taunay, 1981, p. 208). Segundo essa tradição, a bandeira de Manoel de Campos Bicudo (1673-1682), onde ia seu jovem filho, Bartolomeu Bueno da Silva, teria encontrado, na região de Goiás, “gravados numa rocha, os instrumentos dos Martírios de Cristo: coroa, cravos, escada etc. E nesse local, hav[eria] ouro” (Ferreira, 1960, p. 22). Os sertanistas paulistas partilhavam dessa crença e asseguravam, mesmo antes de partir, que havia, “naquele sertão, não só ouro, mas prata”. A certeza do que seria encontrado era tanta que um deles dissera “que ou [ia] descobrir o que buscava, ou [ia] morrer na empresa”;⁷⁶ o emprego da palavra descobrimento a mostrar que a natureza ia apenas revelar o que já se sabia existir. Essa certeza aparece claramente no *Regimento* da bandeira para Goiás de Bartolomeu Bueno da Silva, de 1722, que atribui como sua finalidade “descobrir minas de ouro, prata e outros haveres” (Palacins, 1979, p. 18).

⁷⁴ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 3.

⁷⁵ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 1.

⁷⁶ AESP. *DIPHSP*, v. XVIII, p. 169.

O *Roteiro...* permite também apreender a forma como os viajantes-mineiros realizaram sua exploração. Para tanto, havia algumas condições prévias, que, como se verá, eles reuniam: era necessário ser capaz de reconhecer os indícios da presença do metal, de modo a localizar as lavras mais promissoras a serem exploradas e, a seguir, dominar as técnicas coevas de mineração, de maneira a escolher as mais adequadas ao sítio eleito, além de ter as ferramentas apropriadas para o tipo de lavra. A primeira capacidade fica evidente, por exemplo, quando avistaram duas coroas de “areia e cascalho e junto da segunda, da parte da esquerda”, encontraram “um ribeirão com muito cascalho”, indício que logo identificaram como sinal da presença de ouro e, de fato, “no desmonte, acha[ram] ter boa faisqueira de ouro”, chamando-o de Água Suja.⁷⁷ Ali não se detiveram muito tempo, o que revela que, apesar das boas perspectivas, o descoberto não era muito promissor e estas não eram ainda suas sonhadas minas. Tal domínio da técnica foi possível porque um dos expedicionários, de quem não se conhece o nome, já tinha experiência de mineração,⁷⁸ e é muito provável que, entre os quatro escravos que os acompanhavam, houvesse pelo menos um que tivesse algum conhecimento prévio, obtido seja na África, seja nas Minas Gerais.

Ao longo do século XVIII, a tecnologia de exploração mineral foi se sofisticando, mas, nos anos iniciais, não precisava ser muito complexa, porque os veios auríferos se localizavam em camadas muito superficiais do terreno ou do leito dos rios, sendo facilmente atingidas por técnicas bastante simples (Reis, 2007), como as descritas no *Roteiro*. Sebastião da Rocha Pita informa que “no princípio do descobrimento das minas se tirava ouro fazendo uma cova grande quadrada, com mais ou menos regularidade, a que chamavam cata”. Depois de cercar a cata, para diminuir o volume de água, os mineradores começavam a cavar até que “chegavam a umas pedras, como seixos, chamados cascalhos, [...] que estão assentados na piçarra”, que era o cascalho, misturado com areia, onde geralmente se encontrava o ouro. As piçarras “as desfaziam com alavancas, como quem desmancha uma parede”, para tanto usavam “um ferro de feitio de um sacho de bico, a quem chamam almocrafe”.⁷⁹ Mas, por vezes, antes de atingir a piçarra, mais mole, se defrontavam com um socavão, ou seja, um veio de pedra, que tinha de ser perfurado. Se não fosse muito duro ou espesso, era possível quebrá-lo com uma enxada, senão era forçoso abandonar o serviço. Por fim, para separar o ouro da piçarra, utilizavam a bateia, que era “uma bandeja de pau, de dois e meio até três palmos até a boca, que das beiras vai estreitando em forma piramidal”, e a “levam à água, [...] e tantas voltas lhe dão, até que aniquilando a terra e as pedras, fica o ouro no fundo” (Pitta, 1976 [1732], p. 22). A partir dessa descrição, observa-se que os instrumentos que os expedicionários levavam, “duas bateias, um almocrafe, uma alavanca,

⁷⁷ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 5-5v.

⁷⁸ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 8, f. 4.

⁷⁹ Palavra de origem espanhola. Trata-se de uma pequena enxada, estreita e longa, em geral com uma ponta bifurcada ou pontiaguda na parte superior, usada para remover o cascalho no leito dos rios e nas encostas, sendo instrumento de cavar, utilizado para mineração de ouro.

dois machados e um facão,⁸⁰ eram as ferramentas próprias e adequadas para a exploração de aluvião.

A água era elemento intrínseco à mineração, ou porque o metal muitas vezes estava depositado no fundo do rio, ou porque esta era essencial para separar o ouro, mais pesado, dos sedimentos nos quais ele se encontrava misturado (Furtado, 2014, p. 45-47). Mas, quando o leito do rio era muito volumoso, como era o caso do Tocantins, isso se tornava um problema, o que exigiria trabalhos de engenharia mais sofisticados para diminuir ou extinguir a água, tecnologias complexas que não poderiam ser empregadas por um pequeno grupo de mineradores em contínuo movimento. Por essa razão, em vários momentos, fizeram suas prospecções nos tributários, pois seus leitos eram rasos e menos volumosos, ou junto aos bancos de areia, que se formavam no Tocantins nas proximidades das suas vazantes, e abandonavam a cata quando o excesso de água inviabilizava o serviço. Por exemplo, na primeira vez que fizeram várias “experiências” em um tributário, concluíram que esse “ribeirão, na barra, tinha boas disposições”, mas duas dificuldades se impuseram. Primeiro deram “num socavão” e, em seguida, “por vir com [muita] água do monte, se não pode fazer experiência”. Buscaram um local mais raso e, em uma coroa, no meio do Tocantins, que teria a mesma composição do afluente, pois seria resultante do acúmulo de seus sedimentos, fizeram “um desmonte” e, de fato, acharam “algumas faíscas de ouro”.⁸¹ Com 14 dias de viagem, chegaram a outro riacho, da parte esquerda, onde começaram a fazer novas prospecções. Dessa feita, foram mais bem-sucedidos e acharam “muito boa pinta de ouro”. Com tal perspectiva, decidiram “fazer ali alguma demora” e arrancharam-se. Mas, quando o dia raiou, o rio subira “oito palmos de altura de águas cheias”, o que cobriu todo o serviço, e decidiram partir. Para marcar o lugar e assim poderem voltar, deram a um “morro que está da parte direita, muito aguçado”, o nome de Pico.⁸²

A ânsia de encontrar ouro era muita, e já no quarto dia de viagem, nas “muitas cachoeiras” e itaipavas que atravessaram, onde a água era mais rasa, fizeram “alguma experiência, acha[ndo] boas faisqueiras” em algumas. No dia seguinte, em uma grande cachoeira, ao serem obrigados a desembarcar para passar as canoas à mão, aproveitaram para batear e encontraram “ouro em alguns riachos e itaipavas”.⁸³ No oitavo dia, “junto a uma serra grande muito chegada ao rio”, encontraram “um ribeirão com boa formação de ouro”, que concluíram ser “o primeiro da Campanha do Tocantins”, pois sabiam, “de certeza, que em todos estes ribeiros e suas vertentes havia ouro em abundância em toda a campanha assim nomeada”. Uma légua depois, “outro ribeiro maior, da mesma parte direita, com boas mostras de ouro”. No terceiro, pelo descoberto não ter sido muito animador, acreditaram que seria o último rio da Campanha, a diminuição dos achados a indicar o fim dessas já afamadas minas.⁸⁴ Essa região aurífera

⁸⁰ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 7v.

⁸¹ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 1v-2.

⁸² AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 2v.

⁸³ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 1v.

⁸⁴ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 1v-2.

pode ser visualizada na *Carte manuscrite...*, junto ao grande cotovelo que o Tocantins faz para a direita, na parte alta de seu curso. O rio de frei Reynaldo deve ser o último a que se referem os viajantes, sendo os outros dois Bagagem e Preto, todos vertendo da serra do Tombo do Ouro — os nomes a identificar as riquezas ali encontradas ou presumidas. Não se demoraram muito tempo, porque não se tratava de novos descobertos que pudessem reclamar para si, e continuaram a derrota rio abaixo (Figura 1).

Ainda que nem sempre fossem avistados, vestígios dos índios estavam por toda parte

Pouco depois chegaram às Terras Novas, onde, como dito, os moradores andavam “em descoberto de ouro” e, embora parecessem promissoras as chances, também não se animaram a se assentar, visto que já havia muita gente minerando nas redondezas.⁸⁵ Só voltaram a fazer novas prospecções quando chegaram à cachoeira dos Corichás, já fora das ditas Terras (Figura 6).⁸⁶ Aos 24 dias, abaixo do rio que chamaram de Santa Luzia, depois de passarem alguns pequenos morros à esquerda, “os quais vão acompanhando o rio”, encontraram uma pequena ilha e vários riachos que vertiam de uma grande serra ao longe. Acamparam em sua barra de um deles, “que sai de um boqueirão que faz a serra”, e ficaram dois dias a fazer algumas prospecções. Encontraram “vários socavões e, em todos, acha[ram] demonstrações de ouro com grandeza”. Parecia que tinham finalmente encontrado as minas de seus sonhos! José da Costa Diogo resolveu, em seguida, mandar “alguns camaradas fazer também diligência e experiência por alguns riachos que por ali ficavam perto”, sendo esses ensaios bem-sucedidos e “dos quais voltaram satisfeitos”. Resolveram, então, “fazer alguma demora”, mas foi necessário retirarem-se “por causa do muito gentio” que atacou o acampamento. Os nativos a impedir-lhes a entrada de seu paraíso particular! Novamente, os exploradores-viajantes-mineradores puseram-se rio abaixo.⁸⁷

Quando se sentiram seguros, no 30º dia, em um rio, da parte direita, animaram-se a fazer novas experiências. Concluíram que tinha “boa formação de ouro, mas não fize[ram] caso dele”. Logo avistaram, do lado esquerdo, umas serras vermelhas, que batizaram com o nome de sua cor, de onde vertiam “vários ribeiros, todos com boa formação”, conforme a experiência lhes ensinara. Seria para eles a Serra dos Martírios que tantos buscavam? Na barra de um deles, desceram à terra e, em seu leito, fizeram “um socavão no riacho, em o qual se achou ouro, e mais dentro de quatro”. José da Costa Diogo, animado com essas boas perspectivas, mandou “quatro camaradas e dois escravos correr

⁸⁵ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 2v-3v.

⁸⁶ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 5-5v.

⁸⁷ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 6-7.

a campanha” a realizar novas experiências. Voltaram depois de quatro dias e informaram que os descobertos se mostraram alvissareiros. Os companheiros concluíram que era hora de fazerem “casa-forte em que arranchássemos porque tinha[m] minas permanentes em toda a campanha”! As prospecções de José da Costa Diogo, junto à barra, “também não tinham descontentado pela experiência que tinha feito nos socavões”, e ele concordou que se tratava das minas que tinham tão ansiosamente buscado! Em um lugar apropriado, de onde pudessem vigiar as canoas, puseram “fogo ao campo e, logo, na parte mais conveniente, levant[aram] uma cruz em louvor de Santa Ana” (Figura 7).

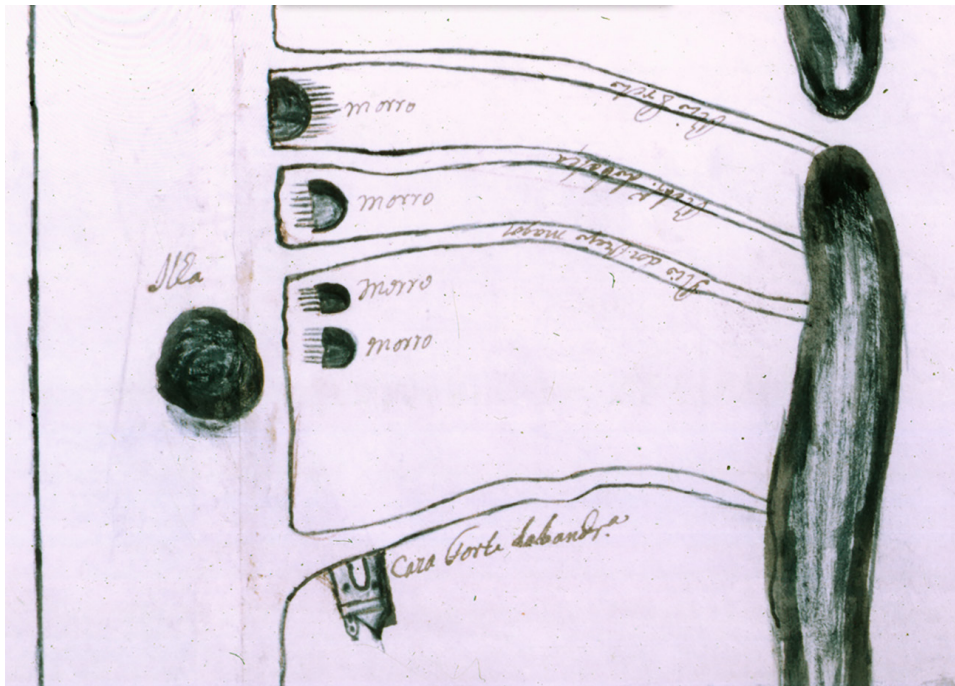


Figura 7. Casa-forte da bandeira, construída no rio onde se encontraram as Minas de Santa Ana, na *Carte manuscrite*...

Há de se destacar alguns aspectos que esse trecho revela. O primeiro é a utilização do adjetivo “permanente” ao se referirem a essas minas para indicar não só que sua riqueza era bem maior do que a das prospecções que haviam feito até então, como o fato de que eram as que, de antemão, já esperavam encontrar. Por serem permanentes, essas minas exigiram a ereção de uma casa forte, de modo a se protegerem dos índios, vistos como inimigos e que tanta efemeridade impunham à conquista, tornando também permanente sua forma de existência nesse lugar. Há ainda de se ressaltar a ereção de uma cruz e o nome que escolheram — Santa Ana. Tomar posse para os portugueses significava, entre outras cerimônias, assentar marcos de pedra com os braços régios esculpidos ou levantar uma cruz e também dar nomes aos acidentes geográficos (Seed, 1999, p. 170-171). A escolha da cruz e do nome da santa revelam o imaginário religioso que precedia e marcava essa conquista. Os agora

mineradores creditavam o encontro das tão sonhadas riquezas à divina providência, imprimindo um caráter religioso, de boa aventura e de revelação ao descoberto, o que permitiria uma última metamorfose, a transformação em colonos assentados de forma permanente.

Mas sua sorte não durou muito. Pouco depois, foram atacados pelo gentio, alertado pelo fogo que haviam ateado. Mais uma vez os expedicionários se viram frustrados, e aquilo que acreditaram ser permanente se tornava mais uma vez efêmero, como se o rio e as matas que lhe rodeavam fossem em tudo hostil à presença do colonizador. Tiveram de rapidamente abandonar o rancho, deixando para trás as ferramentas e “uns trastes miúdos” que tinham levado. Os indígenas ainda lhes seguiram “meia légua pela beira do rio, sempre gritando”, mas eles conseguiram se abrigar em uma ilha, deixando para trás as tão sonhadas “minas de Santa Ana”!⁸⁸

A perda das ferramentas terminou com seus dias de mineradores, ainda que aqui e ali, à medida que desciam o Tocantins, avistassem ribeirões com cascalhos promissores. Restou-lhes seguir até o Pará e reivindicar a descoberta de suas sonhadas minas, esperando poder a elas retornar. Se voltaram não se sabe, mas as informações que recolheram na jornada os impingiu uma última transformação. Os outrora comerciantes, depois viajantes, exploradores e mineradores, se tornavam, enfim, artífices e informantes de uma geografia vivida, muitas vezes também sonhada. A redação dos dois relatos de viagem são o resultado material dessa transformação que, como outros documentos coevos de mesma natureza, contribuiu para a abertura do interior do Brasil. Nas mãos dos historiadores, tanto o *Roteiro...* quanto a *Carte manuscrite...* tornam-se inestimáveis fontes para o conhecimento desse processo e também das metamorfoses que vivenciavam esses artífices da colonização.

A autora agradece à Fapemig o apoio à publicação.

⁸⁸ AHU. MAG. Caixa 1, doc. 12, f. 7-7v.

Referências bibliográficas

- ANTONIL, André João Antonil. *Cultura e opulência no Brasil, por suas drogas e minas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982 [1711].
- BLUTEAU, Raphael. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Oficina de Thadeo Ferreira, 1712-1720. v. 1-5.
- COSTA, Gilberto C. (Org.); FURTADO, Júnia F.; RENGGER, Friedrich E.; SANTOS, Márcia Maria D. *Cartografia da conquista das minas*. Lisboa: Kappa; Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- D'ANVILLE, Jean-Baptiste Bourguignon. Seconde lettre de monsieur d'Anville, à messieurs du *Journal des Sçavans*, sur la carte qu'il a publiée de l'Amérique Méridionale. *Journal des Sçavans*, Paris, p. 625-673, abr. 1750.
- DYM, Jordana. "Mais calculado para enganar do que para informar": os viajantes e o mapeamento da América Central (1821-1945). *Varia Historia*, v. 23, n. 37, p. 81-109, jan./jun. 2007.
- EDNEY, Matthew H. A história da publicação do *Mapa da América do Norte* de John Mitchell de 1755. *Varia Historia*, v. 23, n. 37, p. 31-52, jan./jun. 2007.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. *O mistério do ouro dos Martírios*: desvendando o grande segredo das bandeiras paulistas. São Paulo: Biblos, 1960.
- FIGUEIREDO, Luciano R. de A.; CAMPOS, Maria Verônica (Org.). *Código Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. v. 1, p. 37-154. (Coleção Mineiriana).
- FLORES, Kátia Maia. *Caminhos que andam*: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. Goiânia: UCG, 2009.
- FURTADO, Júnia F. Agua útil, aguas milagrosas de la Capitanía de Minas Gerais (siglo XVIII). *Agua y Territorio*, n. 3, p. 41-54, jan./jun. 2014.
- _____. Dom Luís da Cunha e a centralidade das minas auríferas brasileiras. *Anais de História de Além-mar*, Lisboa, v. 8, p. 69-88, 2007a.
- _____. *Homens de negócio*: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas. In: RESENDE, Maria Efigênia; VILLALTA, Luís Carlos (Org.). *História de Minas Gerais*: as Minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007b. v. 1, p. 303-320.
- _____. *O mapa que inventou o Brasil*. São Paulo: Odebrecht; Rio de Janeiro: Versal, 2013a.
- _____. "O oráculo que Sua Majestade foi buscar": dom Luís da Cunha e a geopolítica do novo império luso-brasileiro. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes*: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 373-400.
- _____. *Oráculos da geografia iluminista*: dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- _____. (Org.). *O Testamento de Martim Afonso de Sousa e de dona Ana Pimentel no Acervo da Seção de Obras Raras da UFMG*. Belo Horizonte: UFMG, 2015.
- _____. Trajetórias carto-geográficas de uma família de cristãos-novos dos sertões das Gerais aos cárceres da Inquisição: o caso dos irmãos Nunes. In: _____; RESENDE, Maria Leônia Chaves de (Org.). *Travessias inquisitoriais das Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício*: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (sécs. XVI-XVIII). Belo Horizonte: Fino Traço, 2013b. p. 189-238.
- GALVÃO JÚNIOR, José Leme. Pirinópolis. In: PESSOA, José; PICCINATO, Georgio (Org.). *Atlas de centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: *História da Civilização Brasileira*: a época colonial. 6. ed. São Paulo: Difel, 1985. t. I, v. 2, p. 259-310.
- _____. *Monções*. Organização de Laura de Mello e Souza e André Sekkel Cerqueira. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- MASSIMI, Marina et al. Encontros e desencontros na navegação de Pero Lopes. In: *Navegadores, colonos, missionários na terra de Santa Cruz*: um estudo psicológico da correspondência epistolar. São Paulo: Loyola, 1997.
- PAIVA, Adriano Toledo. *Aranzeis da tradição*: conquistadores nos sertões do ouro (1760-1800). Tese (Doutorado em História), UFMG, Belo Horizonte, 2013.
- PALACINS, Luiz. *O século do ouro em Goiás*. Goiânia: Oriente; Brasília: INL-MEC, 1979.

- PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976 [1732].
- REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre faisqueiras, catas e galerias: exploração do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702-1762)*. Dissertação (Mestrado em História), UFMG, Belo Horizonte, 2007.
- RODRIGUES, Ilysias. *O rio dos Tocantins*. Goiânia: Unigraf, 1978.
- SAFIER, Neil. *Measuring the New World: enlightenment science and South America*. Chicago: Chicago University Press, 2008.
- SEED, Patrícia. *Cerimônias de posse na conquista europeia do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: Unesp, 1999.
- SILVA, Otávio Barros da. *Breve história do Tocantins e de sua gente: uma luta secular*. 2. ed. Araguaína: Solo Editores, 1996-1997.
- TAUNAY, Afonso de E. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.